



## **Construindo conhecimentos compartilhados para transições agroecológicas em sistemas alimentares territoriais: a experiência da rede internacional ATTER**

*Building shared knowledge for agroecological transitions on territorial food systems: the experience of the ATTER international network.*

LAMINE, Claire<sup>1</sup>; MAGDA, Danièle<sup>2</sup>; SCHMITT, Claudia<sup>3</sup>;  
PALM, Juliano<sup>4</sup>; BRANDENBURG, Alfio<sup>5</sup>

<sup>1</sup> INRAE-ACT, [claire.lamine@inrae.fr](mailto:claire.lamine@inrae.fr); <sup>2</sup> INRAE-ACT/UMR-AGIR, [daniele.magda@inrae.fr](mailto:daniele.magda@inrae.fr); <sup>3</sup> CPDA/UFRRJ, [claudia.js21@gmail.com](mailto:claudia.js21@gmail.com); <sup>4</sup> Neepes/ENSP/Fiocruz, [julianoluispalm@gmail.com](mailto:julianoluispalm@gmail.com); <sup>5</sup> PPGSOCIO/PPGMADE/UFPR, [alfiob@hotmail.com.br](mailto:alfiob@hotmail.com.br)

### **RESUMO EXPANDIDO TÉCNICO CIENTÍFICO**

#### **Eixo Temático: Construção do Conhecimento Agroecológico**

**Resumo:** A relevância da escala territorial na transformação socioecológica dos sistemas alimentares, como referência analítica e locus de intervenção, tem sido destacada em diferentes contextos. Este artigo baseia-se nas contribuições do projeto “Transição agroecológica na escala dos sistemas agri-alimentares na França e no Brasil”, e de um projeto “irmão”, ATTER, envolvendo 16 estudos de caso, em cinco países (França, Brasil, Itália, Reino Unido e Estados Unidos) e uma rede de 19 organizações. Nessas iniciativas, participantes trabalham juntos acerca dos territórios estudados, realizando visitas de intercâmbio, capacitações e oficinas, buscando construir coletivamente conhecimentos adaptados a diferentes contextos. O ATTER criou um observatório com informações sobre os diversos casos e está produzindo uma tipologia de caminhos transição, sistematizando, além disso, métodos e ferramentas que visam apoiar essas trajetórias de mudança, em interação com organizações sociais e gestores públicos.

**Palavras-chave:** transições agroalimentares; transdisciplinaridade; territórios; investigação-ação; redes.

#### **Introdução**

O projeto Transições Agroecológicas em Sistemas Alimentares Territoriais – ATTER (em inglês, Agroecological Transitions for Territorial Food Systems) estrutura-se como um programa de intercâmbio interdisciplinar e multisetorial, que tem como foco processos de transição agroecológica em sistemas alimentares territoriais. Reúne investigadores/as e profissionais que trabalham na construção de análises transversais a partir de diferentes recortes territoriais, utilizando metodologias que envolvem visitas de intercâmbio, capacitações e oficinas. O trabalho abarca um universo composto por 16 estudos de caso, situados em cinco diferentes países (França, Brasil, Itália, Reino Unido e Estados Unidos), contando, ainda, com os conhecimentos e competências acumulados pelas 19 organizações participantes (<https://www6.inrae.fr/atter-rise>).

A rede ATTER opera como um ecossistema de investigação-ação destinado a favorecer a construção coletiva e a difusão de conhecimentos, promovendo intercâmbios entre territórios e setores de atividade. O projeto é financiado pelo



programa europeu RISE (Research and Innovation Staff Exchanges), que promove dinâmicas de colaboração internacional através da partilha de conhecimentos e ideias entre investigadores/as e profissionais de todo o mundo. Em termos práticos, trata-se de um programa de mobilidade intersetorial e internacional. Numa escala mais modesta, o projeto Capes-Cofecub - "Transição agroecológica na escala dos sistemas agri-alimentares na França e no Brasil" - reúne investigadores/as e doutorandos/as de uma dezena de universidades brasileiras e francesas elegendo, também, como objeto de análise, as dinâmicas da transição agroecológica em diferentes territórios nos dois países (Brandenburg et al., 2021). Neste artigo, vamos nos concentrar principalmente nos casos da Região Serrana Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil, e do Sul de Ardèche, França, que são dois casos centrais nos dois projetos e em torno dos quais intercâmbios internacionais e intersetoriais têm sido desenvolvidos desde 2018.

## **Metodologia**

A metodologia que orienta este trabalho envolve dois campos inter-relacionados de ação e reflexão: os intercâmbios dentro da nossa rede e a análise dos estudos de caso. A transição agroecológica é compreendida no contexto destes projetos como um processo aberto e multideterminado, podendo seguir diferentes caminhos. Trata-se, portanto, de construir quadros de interpretação e ferramentas de intervenção capazes de dar conta de uma diversidade de estudos de caso e de trajetórias de transformação, buscando analisar processos de transição experimentados em diferentes contextos nacionais e territoriais.

Para tirar o máximo proveito dessa diversidade, organizamos o trabalho de forma compartilhada e transversal, tendo como referência o portfólio de estudos de caso anteriormente mencionado. O processo que estamos promovendo não visa apenas compreender melhor o que se passa em outros locais, mas também produzir coletivamente, com base em intercâmbios de conhecimentos, competências e visões, quadros de análise dotados de um maior nível de generalidade, assim como métodos e ferramentas adaptáveis a diferentes contextos. Estes intercâmbios baseiam-se na mobilidade dos participantes do projeto por períodos de cerca de um mês, ainda que com variações, realizando estágios de permanência nas organizações ligadas ao ATTER e desenvolvendo diversas atividades, incluindo: trabalhos de campo conjuntos sobre os estudos de casos, workshops, webinars, cursos de formação, entre outras.

Nos dois estudos de caso aqui apresentados, o método de análise das trajetórias baseou-se numa grade interpretativa compartilhada, envolvendo quatro diferentes dimensões, a saber:

- a identificação, a partir de um olhar ampliado, das principais iniciativas/projetos/programas desenvolvidos neste território e que guardam relação com os processos de transição agroecológica;



- uma análise das políticas públicas consideradas relevantes para a transição agroecológica nos territórios e de sua implementação em diferentes níveis (nacional, europeu - se necessário, regional/estadual, local);
- o estudo das inter-relações que se estabelecem entre as diferentes partes do sistema alimentar territorial e suas formas de coordenação (identificando, por exemplo, as relações existentes entre as iniciativas agroecológicas e as políticas públicas);
- uma análise das visões de transição presentes no território, bem como dos conflitos, debates e controvérsias envolvidos na sua construção.

Utilizando esse método, buscamos descrever a trajetória do sistema alimentar territorial, de forma sintética, ao longo de três ou quatro décadas, sistematizando estas descrições por meio de infográficos (disponíveis no observatório do Projeto ATTER <https://obsatter.com/index.php/language/fr/>). No que diz respeito aos dados utilizados, o trabalho baseou-se numa síntese dos muitos estudos anteriores realizados nestas áreas e em esforços de pesquisa mais recentes, incluindo dezenas de entrevistas com diferentes atores intervenientes nos sistemas alimentares locais e numerosas observações de reuniões e eventos coletivos, em um processo que incluiu, além disso, metodologias de investigação-ação envolvendo os atores locais, como por exemplo a realização de oficinas reunindo atores territoriais e pesquisadores/as.

## **Resultados e Discussão**

Apresentamos, aqui, uma síntese das trajetórias dos dois estudos de caso, Serra Fluminense (Rio de Janeiro, Brasil) e Ardèche Sul (França) e, em segundo lugar, as primeiras pistas de comparação desenvolvidas a partir dos intercâmbios estabelecidos entre os pesquisadores/as e os atores locais.

A Serra Fluminense é uma região montanhosa, marcada pela presença de uma agricultura de base familiar, e que ocupa um papel relevante no abastecimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, principalmente no que diz respeito à produção hortícola. A trajetória do sistema agroalimentar territorial pode ser caracterizada tomando como referência três grandes momentos e correntes de mudanças políticas e institucionais.

Entre os anos 1960 e 1970, a região foi afetada por políticas que visavam combinar a industrialização, a urbanização e a modernização tecnológica da agricultura. A produção hortícola foi impulsionada através de diversas políticas públicas e novos mercados foram criados em torno das CEASAs. A expansão da população urbana na Região Metropolitana do Rio de Janeiro contribuiu para o deslocamento de parte da produção hortícola da Baixada Fluminense para a Região Serrana, ao mesmo tempo em que se aprofundava a dependência do estado do Rio de Janeiro em relação a alimentos vindos de outras unidades da federação.



Durante as décadas de 1980 e 1990, o setor privado ampliou sua influência sobre as redes de produção, distribuição e consumo de hortaliças que operam na região, afetando a composição da demanda e impondo novas convenções de qualidade. Estas décadas também foram marcadas pelo adensamento neste território de uma rede estruturada de agentes privados, envolvidos na comercialização de agrotóxicos, adubos químicos e outros insumos.

O período que vai de meados da década de 1990 até os dias atuais, encontra-se vinculado ao processo de construção, implementação e, mais recentemente, enfraquecimento e desestruturação das políticas públicas federais voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar. Desde sua criação, as políticas para a agricultura familiar promoveram a modernização da agricultura na Serra Fluminense, principalmente por meio de programas de crédito. A partir do início dos anos 2000, verifica-se uma ampliação das margens de manobra dos atores envolvidos nos processos de ambientalização da agricultura no território, pois a produção orgânica e a agroecologia passaram a ser reconhecidas, pelo menos em algum nível, tanto pelas organizações sociais como pelas instituições públicas, como um potencial meio de viabilizar a reprodução social e econômica de segmentos da agricultura familiar. A segunda metade da década de 2010 e o início da década de 2020 foram marcadas por múltiplas crises, entre as quais a pandemia de Covid-19 e episódios dramáticos de chuvas com inundações e deslizamentos de terra (em 2011 e 2022). Registra-se, ainda, a fragilização e/ou desconstrução, em nível federal, de diferentes instrumentos de política pública, com destaque para os programas de aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar através dos mercados institucionais e a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO).

Em Ardèche - região rural, semimontanhosa e com uma agricultura bastante diversificada - nossa análise identifica quatro períodos principais na evolução do sistema agroalimentar local, com pontos de virada importantes. Até os anos 1950/1960, o sistema agroalimentar era diversificado, orientado principalmente para um mercado local e relativamente respeitador do ambiente. Os sistemas agrícolas combinavam culturas perenes e pecuária e o autoconsumo e o comércio local tinham relevância tanto econômica como social. Entre os anos 1960 e o início dos anos 1990, verifica-se uma forte tendência para a especialização/intensificação, nomeadamente no sector da fruticultura. O sistema agroalimentar é cada vez mais "impulsionado" pelos supermercados. A dinâmica de fixação de novas populações rurais e o aparecimento de numerosas iniciativas visando diferenciar os produtos agrícolas e alimentares em função da sua qualidade, atenuam um pouco os efeitos da modernização agrícola, em comparação com outras regiões. As primeiras iniciativas de promoção e de comercialização desses produtos (indicações geográficas, marca local Goutez l'Ardèche, entre outras) foram numerosas e precoces por parte das organizações profissionais agrícolas. Paralelamente, já nos anos 1980, grupos de agricultores "alternativos" criaram instrumentos operacionais associativos, como os ateliês de transformação de produtos e as lojas coletivas.



Entre 1995 e o início da década de 2010, assistimos a uma consolidação dos mercados de produtos diferenciados, à afirmação da ideia de multifuncionalidade e a uma proliferação de iniciativas em torno da qualidade e da alimentação local, muitas vezes impulsionadas por organizações e redes de agricultura camponesa, agricultura biológica e de desenvolvimento rural, fortemente apoiadas através de políticas regionais. As políticas regionais (incluindo o apoio a projetos e às associações locais) e europeias (como o Programa Leader) foram relevantes no sentido de impulsionar uma série de dinâmicas relacionadas à transição agroecológica nesse período. O Parque Natural Regional, criado em 2001, também desempenhou um papel importante, primeiro na produção de produtos emblemáticos (castanha) e, mais amplamente, sobre os processos de transição agroalimentar no território. Além disso, durante este período, várias associações locais envolvidas com questões ecológicas e de educação ambiental começaram a desenvolver iniciativas nos domínios da educação, da saúde e da inclusão social. Finalmente, desde 2015, o aumento das emergências ambientais e climáticas e o agravamento das questões de saúde e de inclusão social levou a um intenso debate sobre a necessidade de reconfigurar o sistema agroalimentar na França. As autoridades locais envolveram-se nesse debate em um contexto mais amplo de institucionalização da "transição alimentar" (Lamine et al., 2022).

Nos dois projetos, ATTER e Capes-Cofecub, construímos pistas de comparação a partir da análise destas trajetórias, explorando os fatores que podem ter influenciado o equilíbrio relativo, ao longo do tempo, entre as dinâmicas de intensificação (associadas, aqui, ao uso intensivo de maquinário e insumos sintéticos) e de ecologização dos sistemas agroalimentares territoriais, da produção ao consumo. Os fatores que começamos a identificar são os seguintes:

- O grau de reversibilidade ou, pelo contrário, de inércia do sistema agroalimentar territorial;
- a chegada e fixação de novas populações ("colonização"), seja qual for o contexto histórico – com diferenças muito importantes entre o Brasil e a França - por oposição à noção de endogeneidade, segundo os contextos;
- a importância relativa da ação pública e da ação coletiva da sociedade civil para fazer avançar as transições;
- o grau de continuidade ou, pelo contrário, de descontinuidade das políticas públicas implementadas na região.

Esta comparação revela vários pontos em comum entre as duas regiões. A nossa análise dos debates e controvérsias em torno das transições alimentares mostra como, em ambos os casos, diferentes narrativas de transformação são sustentadas por diferentes coalizões de atores do sistema alimentar, apoiando diferentes tipos de arranjos socioprodutivos que se articulam em formas de "ecologias de projetos" (Palm et al., 2021) que podem, inclusive, ser concorrentes. Em Ardèche, por exemplo, existe um choque entre uma narrativa voltada à valorização dos produtos locais (principalmente para exportação para fora da região) e uma narrativa mais centrada na inclusão de novos agricultores e em tornar os produtos locais acessíveis aos residentes locais. Na Serra Fluminense é possível identificar duas



principais perspectivas em relação a agricultura orgânica: tanto um projeto centrado no aprimoramento da qualidade orgânica e na disponibilização desses produtos através de grandes redes varejistas e lojas especializadas, como também um projeto com foco na certificação participativa e na construção de uma aliança entre produtores e consumidores através de circuitos de comercialização direta.

## Conclusões

Nos territórios estudados, na França e no Brasil, os contextos históricos, políticos e sociais são muito diferentes, tornando-se um desafio tentar construir entradas comparativas e tipologias que possam fazer sentido nestes diferentes contextos. Além disso, as equipes que analisam os estudos de caso têm abordagens conceituais diferentes. Mas em vez de considerarmos que deve haver um quadro de interpretação único, optamos por colocar essas diferentes abordagens em debate, considerando que este é um recurso rico, e é também o que nos permite propor várias vias de interpretação das transições alimentares territoriais, identificando ângulos complementares que, esperamos, possam ser inspiradores em outros contextos.

## Agradecimentos

Trabalho financiado pela União Europeia (Programa de Investigação e Inovação Horizonte 2020, projeto ATTER, convenção de subvenção Marie Skłodowska-Curie n.º 101007755) e pelo programa Capes-Cofecub (projeto SH 944/19, Transição agroecológica à escala dos sistemas agrialimentares na França e no Brasil).

## Referências bibliográficas

BRANDENBURG, Alfio; ROZENDO, Cimone; LAMINE, Claire. O potencial da ação pública no processo de reconexão entre agricultura, alimentação, meio ambiente e saúde no âmbito territorial. *Raízes*, v. 41, n. 2, p. 186-209, dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2021.v41.739>. Acesso em: 8 de julho. 2023.

LAMINE, Claire ; DODET, Florence ; DEMENÉ, Camille ; ROTIVAL, Denis et al. Transformations du système agri-alimentaire territorial en sud Ardèche : co-construire une périodisation du passé... qui fasse sens pour l'avenir. *Géocarrefour*, v. 26, n. 3, 2022. DOI: <https://doi.org/10.4000/geocarrefour.20864>. Acesso em: 10 de julho. 2023.

PALM, Juliano L. **Processos de transição agroecológica: “Ecologia de Projetos”** – uma abordagem pragmática, sistêmica e setorial na Região Serrana do Rio de Janeiro. 2021. 283 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. 283 f.